

Bandeiras ao vento

Documento com vistas ao Plano Nacional de Educação contempla pontos defendidos há muito tempo, como o aumento do financiamento público. Mas a aprovação das propostas no Congresso não deve ser fácil

Rubem Barros

As bandeiras foram hasteadas com pompa e circunstância. Após um processo de um ano e meio, que mobilizou quase um milhão de pessoas em municípios e estados brasileiros, culminando com a reunião de quatro mil pessoas entre os dias 28 de março e 1º de abril, na Conferência Nacional de Educação (Conae 2010), ocorrida em Brasília, tomou corpo a proposta de um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Muitas das bandeiras em questão são defendidas há tempos por setores da educação nacional, notadamente aqueles vinculados às diversas etapas do ensino público. Eles, ao menos até o momento, podem ser considerados os grandes vencedores das discussões levadas a cabo na Conferência.

O documento contendo as deliberações da Conae 2010 deveria ser apresentado à Comissão Organizadora Nacional nos dias 5 e 6 de maio, com previsão de estar impresso e disponível na internet para a população em geral até a metade do mesmo mês. Nele estarão contidas as decisões que os participantes do processo esperam ver materializadas no PNE 2011-2020, que o governo federal deverá apresentar ao Congresso Nacional até a metade do ano. Entre elas, a decisão de instituir um sistema nacional de educação, tal como havia sido proposto já para a Constituição de 1988, mas que, à época, acabou por resultar na redação do artigo 211, que prevê o regime de colaboração entre União, estados e municípios, mas sem um sistema integrado. Este, aliás, era o mote da Conferência.

Embate com o setor privado

Mas foram aprovadas outras questões que prometem ser mais polêmicas ou difíceis de aprovar no Congresso Nacional, onde os lobbies dos setores que não se fizeram representar na Conae - principalmente os representantes da educação privada, Básica e superior - são bem mais poderosos do que sua disposição para enfrentamentos em ambientes que julgam hostis. As principais são o veto à destinação de recursos públicos para convênios com instituições privadas como creches e escolas especiais (o ProUni foi considerado exceção); o aumento do investimento público em educação para 10%, a partir de 2014; o veto para a formação inicial de professores a distância; a instituição da eleição para diretores de escolas públicas e o aumento dos percentuais de participação de União, estados e municípios no financiamento público. Outras questões mais recentes no campo educacional, como a instituição de uma lei de responsabilidade educacional para os gestores públicos e a implantação do Custo Aluno-Qualidade, também foram aprovadas.

Uma das organizações cuja participação pode ser considerada bastante exitosa foi a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Das emendas ao texto-base que apresentou, todas foram aprovadas. A única questão de importância que apoiou, apesar de não formular, foi a proposta de instituir um comitê gestor para gerir o Sistema Nacional de Educação, que não vingou. Para Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha, um dos grandes méritos da Conferência foi a maturidade das discussões em torno das propostas, principalmente pelo fato de se ter buscado amarrar os custos das ações ao financiamento. "A Conae trouxe inteligência à questão do financiamento, ao determinar a vinculação dos recursos e o aumento dos mínimos constitucionais", avalia. O dirigente lembra também a aprovação da destinação de 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, com 30% desse valor sendo destinado ao ensino superior e 70% à Educação Básica, percentuais que acabaram sendo aceitos até mesmo pela União Nacional dos Estudantes, que aceitou a ideia de que, caso os níveis fundamental e médio não melhorem, faltará estoque de alunos para o superior.

No caso do movimento Todos pela Educação, a avaliação geral da Conferência também foi positiva, mas relativizada por algumas questões: o processo de constituição de delegados (leia texto à página 50) e a avaliação de que muitas das decisões da Conae tiveram um caráter acentadamente corporativista.

Ressaltando que essas questões não tiram a legitimidade da Conferência, Mozart Ramos, presidente-executivo do movimento, listou os pontos que considerou positivos e negativos. Entre os primeiros, citou o Custo Aluno-Qualidade - "ganha grande legitimidade como forma de chegarmos a um financiamento adequado para buscamos a equidade"; a reafirmação da valorização docente, por meio do piso e da carreira do professor; e a constituição do Sistema Nacional através de um tripé formado por planos articulados, regime de colaboração e lei de responsabilidade educacional.

"Entre os pontos negativos, não concordo com a regulamentação do setor privado, pois o setor público depende muito do setor privado e não tem fôlego para assumir as suas funções. O setor público tem de supervisionar a qualidade e atuar quando ela não está sendo exercida. Também discordo das restrições ao ensino a distância. Quando não existe o profissional específico da área, é melhor usar as tecnologias do que remendar", avalia Ramos.

Temor desfeito

Para Romualdo Portela, especialista em financiamento da Faculdade de Educação da USP e delegado da Conferência pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), de Campinas, o temor de que a Conae tivesse um caráter "meio oficialista" foi dissipado. "Os segmentos estavam bem organizados", diz. Atuante no eixo 1 da Conae, relativo à sua área de especialidade, Portela aprovou as decisões, com exceção daquela que tomou o ProUni como uma medida emergencial para o acesso ao ensino superior, não o incluindo na restrição aos repasses de verbas públicas para a educação privada, como aconteceu com as creches e a educação especial. "Nesse caso, acho que o princípio geral que norteou as outras decisões foi contrariado", diz.

Trâmites

Portela também ressaltou o fato de que as decisões tomadas na Conae ainda têm um longo percurso até que se efetivem em lei. "O setor privado quase não participou, não disputou posições. Na hora que o plano for para o Congresso, eles vão intervir de forma pesada", avalia.

Ao que parece, o setor privado preferiu organizar-se em paralelo para fazer suas propostas ao próximo PNE. Tanto é assim que fez realizar, em meados de abril, em Florianópolis, o III Congresso Brasileiro de Educação Superior, cujo tema era "O setor privado como ator e parceiro na construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020". Entre os palestrantes, dirigentes de universidades com forte presença no mercado, como Anhembi Morumbi e Anhanguera Educacional, e nomes que defendem a importância do ensino privado no país, como o sociólogo e ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman.

Mozart Ramos lembra que os mecanismos de participação da sociedade estão se ampliando. E, nesse sentido, destaca a importância de entidades que ficaram de fora da Conae 2010 entrarem nas discussões daqui para a frente. "O próprio Sistema S não quis participar. Mas você só consegue fazer com que as coisas mudem se participar do debate", diz.

O fato é que, após a consolidação do documento final da Conferência, contendo todas as suas decisões, ele será distribuído a todos os poderes e entidades ligadas ao processo. Segundo Arlindo Queiroz, coordenador-geral de Articulação e Fortalecimento dos Sistemas da Secretaria de Educação Básica do MEC e responsável pela subcomissão de sistematização da Conae, algumas das decisões podem ser adotadas administrativamente por estados e municípios. O núcleo central das medidas, no entanto, deverá ser discutido entre os Ministérios da Educação, Fazenda e Planejamento e, depois disso, ganhar formato de Projeto de Lei (PL) para ser enviado ao Congresso.

Para Daniel Cara, um fator predominante para que o texto final do PL mantenha de forma consistente as decisões da Conferência será a negociação do ministro Fernando Haddad com a área econômica do governo. Afinal, é lá que deságuam não só as demandas da área da educação, mas de todas as outras áreas sociais - e, de quebra, os pedidos do Legislativo e do Executivo.

Hora da saliva

O coordenador da Campanha acredita que as negociações no Congresso comecem ainda neste mês de maio. Mas sabe que, por se tratar de ano de Copa do Mundo de futebol e de eleições, eventos que costumam parar o país, é preciso celeridade na tramitação para que o PL não pare no Congresso. "Estamos nos preparando para ter o mesmo grau de dificuldade que tivemos para a aprovação do Fundeb. Mas nossas posições vão estar legitimadas socialmente por um encontro que reuniu Estado e sociedade civil em diversas etapas", avalia Daniel.

O ministro Haddad também é visto como fiel da balança por Mozart Ramos, para quem é preciso que o texto do PL deixe "os interesses corporativos" e se atenha aos "interesses da nação". "O ministro tem mostrado capacidade de articulação. Esperamos que ele corrija algumas coisas para que tenhamos um plano de Estado, e não de governo ou reivindicatório", finaliza.

Para aprovar um dos pontos centrais - o investimento de 10% do PIB na educação a partir de 2014 - Haddad terá de usar essa capacidade de articulação tanto no interior do governo como no Congresso. Afinal, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 59 (PEC 59) no ano passado, o presidente da República não poderá vetar o valor aprovado pelo Congresso. Esse veto, exercido pelo ex-presidente Fernando Henrique em relação ao PNE 2001-2010, que estabelecia um investimento de 7% do PIB, foi o que desmontou o plano anterior. Resta saber se na hora H de estabelecer vinculação tão grande do orçamento da União a educação ainda estará nas prioridades do governo e dos membros do Legislativo.

Crítica à representação

Apesar da participação na Conferência como membro suplente da comissão organizadora, o presidente executivo do movimento Todos pela Educação, Mozart Ramos, questionou o que classificou como "construção desigual das representações", em função do número de delegados que diferentes organizações levaram à Conae.

"Tivemos apenas cinco delegados, enquanto outros que tiveram 150 ou 200 puderam articular seus interesses", avalia o dirigente, para quem esse fato favoreceu algumas tomadas de decisões que classificou como corporativas. Disse que não pôde fazer a crítica desse processo na comissão, pois apenas o titular comparecia às reuniões do grupo organizado pela Secretaria Executiva-Adjunta do Ministério da Educação.

Para Paulo Wiederkehr, assessor especial do ministro, a representação foi fruto de uma decisão de consenso na comissão, composta por 35 de 50 entidades que participaram do processo. Quatro setores puderam constituir delegados: pais, estudantes, gestores e trabalhadores da educação. "Procuramos equilibrar a representação. Se tivéssemos usado o critério quantitativo, só a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) iria ter uns 70% dos delegados, pois tem mais de 2 milhões de afiliados", rebate.

Novos mecanismos

Ainda que no início do século passado já tenham ocorrido outros encontros intitulados Conferência Nacional de Educação, a edição realizada neste ano é a primeira que congrega representantes de todas as etapas da educação e que foi aberta a todos os segmentos da sociedade. E essa articulação, caso seja seguida de decisão da própria Conae, vai se tornar mais frequente: deverá ocorrer a cada quatro anos, acompanhada ainda da constituição de um Fórum Nacional de Educação e de fóruns estaduais e regionais. No caso do fórum nacional, funcionaria como um órgão constituído por representantes da sociedade civil, com a função de dialogar, colaborar e de ser uma instância de assessoramento consultivo do sistema nacional de educação. Além disso, seria encarregado de convocar e coordenar a Conae.

"As decisões tomadas na Conae devem levar a políticas governamentais. Mas quem cobra isso, quem monitora, quem vai estar lá vendo se aquela pauta de propostas está sendo tocada dois anos depois? Entendemos que há uma lacuna entre uma conferência e a outra, e esse papel seria do fórum, que é um canal de articulação com a sociedade, de mobilização e acompanhamento, porque é parte do próprio sistema", explica Maria Elizabeth Ramos, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e presidente do Conselho do Fundeb do Recife.

A proposta do fórum foi aprovada na Conferência, não vingando apenas a ideia de se constituir um comitê gestor do mesmo. Em princípio, os membros do fórum devem ser eleitos quando da realização das próximas conferências. No caso do primeiro, a proposta é que seus membros sejam da comissão organizadora da Conae 2010.

Elizabeth Ramos alerta que, para a lógica do sistema dar certo, é preciso criar indicadores, instrumentos de acompanhamento do PNE, além de outros que forcem estados e municípios a fazer seus planos a partir do nacional.

"Não é uma coisa tão absurda. O MEC pressionou com o PDE e o PAR para que houvesse um tipo de plano de ação articulada. Hoje, para muitos municípios é quase um plano municipal, pois não tinham nenhum histórico de ter feito algo parecido com um plano", defende.

As principais decisões

Questões ligadas ao financiamento estão entre as principais medidas propostas

Amanda Ciegliniski

Em seus seis eixos temáticos, a Conferência colocou em votação emendas sobre grande parte dos 287 artigos do texto-base, com questões que versaram do financiamento à educação à garantia das relações étnico-raciais. A seguir, um resumo de algumas das questões que mereceram mais atenção dos participantes da Conae.

Investir 10% do PIB em educação até 2014

Quando o atual PNE foi elaborado, em 1999, já continha metas de investimento prevendo a aplicação de 7% do PIB em educação no decênio 2001-2010. O artigo foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas vetado por FHC. Na Conae, os movimentos sociais e entidades da área voltaram à antiga reivindicação. A proposta aprovada neste ano prevê 7% até 2011 e 10% a partir de 2014. Os dados mais recentes do MEC, referentes a 2008, apontam que o investimento público em educação está em 4,7% do PIB. O ministro Haddad já defendeu que o ideal seria que o país atingisse o patamar de 6%, média de investimento dos países desenvolvidos. Resta saber o que acham as forças que dão sustentação ao governo no Congresso e o que pensa a área econômica.

Financiamento: aumento da participação de estados, municípios e União

Uma das novas fontes de recursos para ampliar os investimentos em educação seria o aumento dos percentuais repassados por municípios, estados e União. Atualmente, os dois primeiros investem 25% dos impostos e a União 18%. Proposta aprovada na Conae advoga a participação do governo federal em 25% e de estados e municípios em 30%. Além disso, os delegados determinaram que seja incluído na conta tudo que foi arrecadado, somando contribuições e impostos. Uma das principais reclamações dos dirigentes municipais de educação durante a Conae foi de que eles são responsáveis pela maior parte dos investimentos - apesar de a União ser o ente que mais arrecada.

Lei de responsabilidade educacional

Os delegados aprovaram proposta para que seja criada uma Lei de Responsabilidade Educacional, seguindo os moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Governos das três esferas que não investirem corretamente os recursos na área poderiam ser punidos. O mesmo valeria para aqueles que não atingissem metas de acesso e qualidade. Em contraponto, secretarias poderiam receber auxílio e capacitação técnica para gerir melhor o orçamento. Projetos de lei semelhantes já tramitam no Congresso Nacional e poderiam ser adaptados a partir das deliberações da conferência. Quem participou da Conae crê que a aprovação da lei não será fácil, pois pode ser vista como uma ameaça aos gestores e à autonomia dos entes federados.

Implantação do Custo Aluno-Qualidade

Uma das propostas aprovadas por ampla maioria no eixo que debateu o financiamento foi a implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). A intenção do mecanismo, idealizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é estabelecer um valor mínimo a ser investido por aluno em cada etapa e modalidade de ensino. Essa conta leva em conta insumos como a capacitação dos professores, a infraestrutura da escola e outras variáveis. De acordo com a Campanha, a implantação do CAQ é simples e pode ser feita alterando artigos da lei do Fundeb. No prazo de três anos seria possível implantar o CAQ. Para isso, seria necessário aumentar os investimentos em 1% do PIB. O mecanismo tem o aval do Conselho Nacional de Educação.

Fim dos convênios público-privados

A proposta que saiu da Conae estabelece que as matrículas em creches e escolas de educação especial conveniadas sejam congeladas em 2014 e os convênios extintos até 2018, de modo a obedecer o princípio do artigo 213 da Constituição (de que os recursos públicos devem ser destinados a instituições públicas). O ProUni ficou fora da decisão, pois a ampliação do ensino superior foi considerada emergencial. Ao mesmo tempo, os municípios deverão ampliar a oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos em 50% até 2012 e atender toda a demanda até 2016. Se não houver recursos necessários para

que os municípios construam novos equipamentos, a equação não vai fechar - hoje não há infraestrutura adequada para atender toda a demanda.

Cotas com recorte racial

Proposta aprovada com folga. Os delegados da Conae decidiram que 50% das vagas de instituições públicas de ensino superior devem ser reservadas para alunos que concluíram o ensino médio em escola pública. Elas deverão ser distribuídas respeitando-se a proporção de negros e indígenas da população de cada estado. O texto é bastante semelhante ao do projeto de lei sobre as cotas que tramita no Congresso Nacional e está há mais de um ano parado no Senado. Além do legislativo, o STF também está debruçado sobre o tema e deve julgar em breve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo partido Democratas (DEM) contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB). Reitores das universidades federais dizem que a ideia fere a autonomia universitária.

Eleição para diretores das escolas públicas

Proposta bancada pela CNTE, sem que houvesse grande adesão em estados e municípios. Na Conae, a emenda acabou aprovada logo na primeira rodada de debates. O sistema já é adotado por algumas redes de ensino, como no Distrito Federal. Decidir sobre a forma de escolha dos diretores é uma atribuição do Conselho Estadual de Educação - uma lei de alcance nacional poderia ser contestada por ferir a autonomia dos entes federados. Cada um deles deverá agora fazer a sua discussão.

Formação inicial de professores só presencial

Segundo o que foi aprovado pela Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb), em 2008, a formação inicial de professores deveria ser feita preferencialmente em cursos presenciais. A Conae alterou apenas uma palavra dessa determinação - e foram mais de 40 minutos para atingir um consenso. Pela decisão dos delegados, a formação será presencial e somente em casos excepcionais será feita a distância, como onde não há acesso a graduações em cursos presenciais, caso de municípios do Amazonas. Estudantes e representantes do ensino superior a distância que estavam na conferência se sentiram discriminados e não gostaram dessa alteração.

Autonomia para administrar os recursos da educação

Os secretários presentes na Conae comemoraram a proposta que determina que os recursos da área deverão ser administrados pelos gestores da educação, e não pelas secretarias de Finanças dos municípios. Parece óbvio, mas em muitos municípios a secretaria de Educação não possui conta própria e nenhum controle sobre seu orçamento. Os secretários não acreditam que essa será uma ação espontânea das prefeituras, já que a autonomia de gestão orçamentária está prevista na LDB e não era cumprida. Será necessário uma legislação mais dura para uma mudança efetiva - por exemplo condicionando os repasses federais à adequação.

Boca no trombone

Conferência reuniu de tudo e de todos, de sudeste a noroeste

"Tudo que é evento em Brasília tem de ter índio." O comentário de um experimentado frequentador de coberturas na capital federal era verdadeiro, pois alguns cocares marcaram presença no Centro de Convenções Ulisses Guimarães entre os dias 28 de março e 1º de abril. Mas o rol dos participantes, porém, foi muito além da presença indígena que, no final das contas, em meio a tipos humanos os mais diversos, artistas populares e discursos inflamados, até perdeu um pouco de seu caráter peculiar.

Nos colóquios, essa variada representação da sociedade brasileira se fazia mais presente ao final das apresentações, quando muitos dos participantes, mais do que perguntas ou sugestões, falavam de suas realidades. No colóquio "Conselho Nacional de Educação: espaços e exercício do estado democrático de direito", por exemplo, foram muitos os assuntos que pipocaram nos comentários, tais como: a ilegitimidade das representações do CNE; a não existência de uma representação da educação profissional neste conselho, assim como do movimento negro; o pedido para os conselhos municipais tenham autonomia administrativa; e para a formação de um conselho de educação indígena, entre outros. Essa gama de temas e personagens, com variadas procedências, questões e visões, deu colorido à Conae 2010.

Militância

Aos 57 anos, Eduardo Fragoso aparenta ser um sujeito tolerante e bem-humorado. É presidente do Conselho do Fundeb e membro recém-eleito do Conselho de Educação de Presidente Figueiredo (AM), município localizado a 107 km de Manaus. Formou-se no magistério, em 1993, e no Normal Superior em 2005. Professor de artes e ensino religioso, está terminando a licenciatura plena em matemática na Universidade Federal do Amazonas.

"Sou ex-hippie, ex-morador de rua, ex-dependente químico. Nasci no Rio de Janeiro, mas há 25 anos moro no Amazonas, minha esposa e meu filho são amazonenses. Morava em Tabatinga, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, onde a droga é muito fácil. Fui para aquele lugar e tive uma decadência física, mental e espiritual, virei um farrapo humano, dormia nas ruas, comia restos. Quando Deus me deu a oportunidade de mudar vida, descobri que através da educação eu poderia fazer algo pela sociedade. Desde então, milito na educação", diz Fragoso, resumindo a própria vida.

Delegado sindical de seu município na Conae, diz que a maior dificuldade de local são as salas multisseriadas, com um único professor para cuidar de alunos de várias idades. Por isso, pede mais investimentos na Educação Básica que na superior. "É preciso fazer primeiro o alicerce."

Liberem a qualidade!

Neuma Soares veio à Conae como representante de mães pelos colegiados do Estado de Minas Gerais. Os colegiados são compostos por professores, pais e alunos. É dona de casa, tem três filhas, de 6, 12 e 16 anos, e o marido é funcionário público. No colóquio sobre o ensino médio, defendeu uma maior presença da União, por meio dos Cefets, as escolas técnicas federais, nas periferias das grandes cidades do Sudeste. Começou a pensar no assunto quando a filha mais velha, que quer ser psicóloga, chegou ao ensino médio. "A dificuldade não é só das cidades distantes.

Gostaria muito que as crianças da periferia lá onde eu moro, em Venda Nova, bairro de Belo Horizonte, tivessem um Cefet. Minha filha estuda lá, numa área de risco, onde tem muito tráfego, estão tomando conta dos nossos meninos, e isso não é justo. Temos de optar pela educação."

Neuma também atua como voluntária em escolas para alfabetizar meninos mais velhos. "É um absurdo haver meninos com 16 anos que não sabem ler nem escrever".

Representação justa

"Não é o governo que escolhe quem é representativo da sociedade civil", diz Andréa Caldas, professora de pedagogia e licenciaturas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mesma entidade em que se graduou, fez mestrado e doutorado entre os anos de 1987 e 2007.

Andréa interveio no debate sobre o CNE e o Fórum Nacional de Educação para criticar a questão da representação no Conselho, segundo ela um impeditivo para que o órgão se torne de fato um conselho de Estado, e deixe o lugar de "apêndice do governo".

Para ela, não há uma fórmula pronta para uma nova constituição do CNE.

"Gostaria de pensar na direção do que o [professor Dermeval] Saviani disse: uma paridade entre governo e sociedade civil, talvez alguma coisa tripartite como o Conselho do Trabalho tem, com o gestor privado, e ali dentro definir quais são as entidades representativas. Uma listagem de entidades sem definir o quanto isso é paritário em relação a governo, gestor privado e sociedade civil organizada não é bom. Mas é um debate que precisa acontecer numa audiência pública, assim que se desencadear um processo de fato para a definição de uma legislação relativa a isso", completa.

Cobertor curto

Na região da lavoura cacaueteira do sul da Bahia, vizinha a Itabuna e Ilhéus, Almadina é uma cidade com cerca de 7 mil habitantes e 1.555 alunos na rede pública municipal. Antônio José Santana Júnior, secretário de Educação local, expôs sua preocupação no colóquio sobre formação docente inicial e continuada: a saída concomitante de 30 dos 100 professores do município, para complementar sua formação na Universidade Estadual de Santa Cruz, pode paralisar as escolas da cidade. Esses professores estão no rol daqueles que não têm graduação ou licenciatura adequadas para a disciplina que ministram. No entanto, a saída conjunta de tantos docentes ao mesmo tempo, uma vez a cada dois

meses, requer que o município invista em substitutos para as aulas e em transporte, alimentação e hospedagem para aqueles que vão fazer os cursos.

"Temos um grande risco para os municípios pequenos. Podemos comprometer o ano letivo se não nos reunirmos, se não houver uma estratégia de cooperação", defende Santana Júnior, secretário desde o início de 2009. Segundo seus cálculos, é como se a secretaria tivesse uma folha adicional a cada seis meses para cobrir os custos da formação.

Formado no magistério em 1997 e em filosofia pela mesma Universidade Santa Cruz em 2003, o secretário diz que o município recebe R\$ 160 mil mensais do Fundeb, mas que a prefeitura é obrigada a complementar as receitas.

Disponível em:

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/Comunicacao.aspx?action=5&mID=7660>>

Acesso em: 17/05/2010.